



VI Reunião dos Pontos Focais de Governação Eletrónica IV Conferência sobre Governação Eletrónica da CPLP

*“Os desafios da Governação Eletrónica para o melhoramento da
eficiência e eficácia do Estado e da Administração Pública”*

Palácio de Conferências de Sipopo – Malabo - Guiné Equatorial
13 de dezembro de 2016

Intervenção em representação do Secretário Executivo da CPLP, Isaac Murade
Murargy, do Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão,

[Cumprimentos protocolares]

- Senhor Secretário de Estado das Novas Tecnologias da Guiné Equatorial, Rufino Ovono*
- Senhor Embaixador da Guiné Equatorial junto da CPLP em Lisboa, Tito Mba Ada*
- Senhor Ponto Focal da Guiné Equatorial para Governação Eletrónica, Norberto Manué*
- Estimados Representantes dos Estados membros da CPLP, Senhores Embaixadores e Encarregados de Negócios*
- Meus caros Pontos Focais para a Governação Eletrónica da CPLP*
- Senhoras e Senhores convidados*
- Minhas Senhoras e meus Senhores*

Muito bom-dia a todos!

Em nome do Senhor Secretário Executivo da CPLP, iniciamos a nossa intervenção com palavras de agradecimento ao Governo da República da Guiné Equatorial pelos esforços empreendidos no trabalho de preparação da VI Reunião dos Pontos Focais de Governação Eletrónica e da IV Conferência da CPLP de Governação Eletrónica. Agradecemos as condições que colocam à nossa disposição para o bom andamento das atividades que agora se iniciam.

Cumprimentamos o Senhor Embaixador Tito Mba Ada, da Missão da Guiné Equatorial junto da CPLP, em Lisboa, pelo compromisso colocado na realização do presente encontro.

De igual modo, saudamos o nosso ponto focal anfitrião, Norberto Bartolomé Monsuy Manué, e a sua equipa pelo esforço e empenho desenvolvidos até ao momento.

Queremos também felicitar vivamente os Pontos Focais da CPLP para a Governação Eletrónica dos diferentes Estados membros da CPLP aqui presentes, cuja presença reconhecemos e que, muito certamente, continuarão a contribuir para o

aprofundamento do debate em torno da governação eletrónica na CPLP.

Caros pontos focais, tem sido o vosso trabalho e a articulação que vêm desenvolvendo em contexto CPLP, que tem permitido o aprofundamento da Cooperação num domínio tão relevante para o incremento da boa governação e fomento dos respetivos processos de desenvolvimento.

Uma palavra de apreço muito particular para as entidades que aceitaram o convite da Guiné Equatorial e do Secretariado Executivo da CPLP para participarem nos nossos trabalhos. Aos representantes das Nações Unidas, OCDE e ARCTEL CPLP o nosso muito obrigado. A Vossa presença constitui um importante estímulo para que continuemos a aprofundar a cooperação e o diálogo que já nos une.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como saberão, a CPLP tem hoje na promoção da Cidadania Global para a Educação e para o Desenvolvimento uma responsabilidade acrescida na disseminação de princípios e valores estruturantes,

indispensáveis para o desenvolvimento e progresso dos seus povos.

Tendo nascido há mais 20 anos, a CPLP está, desde a sua fundação, ao serviço do aprofundamento das relações entre os seus Estados membros, nomeadamente no quadro da estabilização dos processos democráticos, do fortalecimento das instituições de Direito e da promoção do desenvolvimento económico e social.

Nestes últimos 20 anos, o mundo assistiu a profundas transformações económicas, tecnológicas e organizacionais. Estas últimas duas décadas foram palco de progressos significativos na redução da pobreza no Mundo e, naturalmente, também na nossa Comunidade.

Contudo, esse progresso tem sido desigual. Embora se tenham registado avanços significativos em vários Estados membros e indicadores, como por exemplo no acesso à educação e à saúde tenham melhorado, a prevalência da pobreza continua a ser preocupante.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O tempo e as vontades são hoje muito diferentes da conjuntura que levou à criação do Estado social e do Estado providência e são também distintos do momento em que a CPLP foi criada, em 1996.

Assistimos, de facto, a um período de grandes e rápidas “inovações” nos processos de gestão e de governança, resultado de uma maior valorização da informação e dos meios que aceleram a disponibilidade da mesma.

A aprovação, em setembro de 2015, da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, trouxe consigo a entrada em vigor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, de forma global, integram as agendas económica, social e ambiental em todas as geografias e contextos de desenvolvimento.

Assim, os ODS aplicam-se a todos nós, sem exceção, e fornecem uma agenda universal de transformação do mundo.

Mas para cumprir com êxito os ODS, são necessárias alterações substanciais na forma como as diferentes economias e seus sectores trabalham globalmente para acelerar ideias de inovação e a partilha de boas práticas.

E entre estas, coloca-se o grande desafio da expansão da economia e do governo digital.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em agosto passado, a IX Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP aprovou, em Maputo, Moçambique, uma Agenda Digital para a CPLP que, entre outros aspetos, procurará promover as infraestruturas e redes de banda larga, a universalização do uso das TIC, o conhecimento e a investigação, a sociedade de informação, a inclusão digital e a governação eletrónica.

Trata-se de um instrumento que, cremos, deverá ser apropriado pela área de governação eletrónica da CPLP, buscando as necessárias sinergias e complementaridades, para que daí possam resultar projetos comunitários sustentáveis, alinhados e harmonizados com as estratégias nacionais de desenvolvimento e com a agenda internacional para o desenvolvimento sustentável.

Com efeito, nos últimos 10 anos, as TIC, a governação eletrónica e a sociedade de informação assumiram um papel absolutamente central na promoção da democracia, da participação política e do envolvimento cívico, da educação e da partilha do

conhecimento, assim como do comércio e do desenvolvimento económico.

Por isso, trabalhar a governação eletrónica e as TIC, de forma integrada, como meio para assegurar a eficácia e eficiência dos serviços prestados pelo Estado e sua administração pública, é mais do que um desafio. É acima de tudo uma oportunidade de cooperação e concertação política que a CPLP não pode nem deve esquecer.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

E porque é que isto é tão importante para o desenvolvimento da Governação Eletrónica no contexto da CPLP?

Simplesmente porque a Governação Eletrónica e as TIC, enquanto ferramentas de prestação de serviços e soluções aos cidadãos, devem ser instrumentos que gerem confiança e credibilidade – quer do ponto de vista da operacionalidade e autenticidade dos serviços e informação que prestam, quer do lado dos protocolos de segurança e proteção de dados que lhe estão associados.

Com efeito, a governação eletrónica e as TIC contribuem de forma impressionante para assegurar que o processo de tomada de decisão seja reativo,

inclusivo, participado e representativo, garantindo e melhorando o acesso público à informação e contribuindo para a proteção das liberdades fundamentais de acordo com as legislações respetivas.

E isto, minhas Senhoras e meus Senhores, é melhorar a boa governação, é melhorar os processos de participação cívica e democrática e contribuir para o alcance dos ODS.

Só assim será possível estimular um ambiente favorável para o desenvolvimento de instituições transparentes, prestadoras de contas e eficazes de processos, reduzindo encargos na prestação de serviços públicos e mitigando fenómenos de má governação da coisa pública.

Portanto, não temos dúvidas em exortar os nossos pontos focais de governação eletrónica para que continuem a identificar estratégias comunitárias de partilha do conhecimento e de boas práticas nestes domínios.

A CPLP conta convosco e com os parceiros de desenvolvimento que nos acompanham nesta jornada para, de forma articulada, identificarem modelos de cooperação conjunta em todos eles.

Estamos seguros que o aproveitamento de oportunidades como as anteriormente elencadas poderá diferenciar a nossa Comunidade e dotá-la de vantagens comparativas e estratégicas no diálogo com outros parceiros regionais e internacionais.

E a possibilidade de fazer tudo isto numa língua comum, que é o Português, e em diferentes contextos de integração regional nos quais os Vossos países estão envolvidos, são contributos que não podem nem devem ser negligenciados.

Muito obrigado pela Vossa atenção.